



Público

15-11-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Sociedade

Dimensão: 1148 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 18

Um terço dos procuradores deixa departamento que tem casos sensíveis

Dois dos magistrados que assinaram acusação de Tancos, Vítor Magalhães e João Valente, estão de saída do DCIAP. Departamento renova quadros e passa a ter 40 procuradores, um reforço de quatro magistrados

Justiça
Mariana Oliveira

Um terço dos procuradores que integram actualmente o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), a unidade mais especializada do Ministério Público e que concentra os inquéritos mais complexos ou mais violentos do país, vão abandonar aquele departamento do Ministério Público, confirmou o PÚBLICO junto de várias fontes ligadas a esta magistratura.

A saída vai trazer uma renovação de quadros do DCIAP, que vai passar de um total de 36 para 40 procuradores, um reforço de quatro magistrados. De entrada estão muitos procuradores-adjuntos, a base da carreira, com menos experiência que os colegas que têm estado nos últimos anos naquele departamento. Serão 15 no total, mantendo-se, no entanto, em maioria (serão 25) os procuradores da república, o segundo escalão de uma carreira que tem neste momento três categorias e que vai mudar de forma substancial com o novo Estatuto do Ministério Público, que entra em vigor em Janeiro do próximo ano.

Do rol dos procuradores que estão de saída fazem parte Vítor Magalhães e João Valente, dois dos três magistrados que assinaram a acusação ao caso de Tancos, um inquérito onde houve uma polémica intervenção hierárquica do actual director do DCIAP, Albano Pinto, que travou a inquirição do primeiro-ministro António Costa e do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, como testemunhas.

Este diferendo não é, no entanto, a única explicação para a saída de 12 dos 36 magistrados que foram colocados no ano passado no DCIAP. Por exemplo, a procuradora Susana Figueiredo, que assinou a acusação do caso dos *vistos gold* em Novembro de 2015, saiu do departamento mais especializado do Ministério Público há uns meses para ir dar aulas no Centro de Estudos Judiciários (CEJ).

Outra saída é da procuradora Cláudia Ribeiro, que integrou a equipa que investiga o colapso do Banco



Albano Pinto é o director do DCIAP

Tancos: Inquérito à divulgação de despacho

A procuradora-geral da República, Lucília Gago, abriu um inquérito de natureza disciplinar à divulgação pela revista *Sábado* do despacho do director do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), Albano Pinto, que travou a inquirição do primeiro-ministro e do Presidente da República.

Isso mesmo assumiu a Procuradoria-Geral da República (PGR) ao PÚBLICO. O que a PGR não esclareceu foi o âmbito do

inquérito. “Está em causa avaliar a legalidade da ordem hierárquica do director do DCIAP? Ou apenas a divulgação de documentos hierárquicos classificados como confidenciais?”, questionou o PÚBLICO. “O instrutor avaliará os factos ou situações com relevância disciplinar”, disse. O PÚBLICO apurou que o inquérito visa apurar responsabilidades por violação do dever de reserva e que suspeitas se concentram num dos três procuradores que assinam a acusação.

Espírito Santo e do grupo com o mesmo nome, e que se terá desentendido com o coordenador do caso, tendo pedido várias vezes para sair do DCIAP sem sucesso.

Outros invocaram razões pessoais e há quem não se tenha querido comprometer com uma comissão de serviço por três anos, uma novidade que decorre da entrada em vigor do novo Estatuto do Ministério Público, em Janeiro do próximo ano. Até agora, os procuradores eram colocados por destacamento, por um ano, sendo obrigatória a renovação anual da sua situação.

Isso mesmo admite o presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, contactado pelo PÚBLICO, para comentar a saída de um terço dos procuradores do DCIAP.

“Este é um momento de renovação do DCIAP e essas saídas têm várias causas”, afirma António Ventinhas, que admite que a intervenção do director do DCIAP no caso de Tancos foi uma das razões das saídas, mas não a única.

O procurador Vítor Magalhães, dos magistrados mais antigos do DCIAP, deverá regressar ao seu lugar de origem no Juízo Central Criminal de Sintra, e outros devem integrar os novos Departamentos de Investigação e Acção Penal regionais, unidades especializadas na investigação da criminalidade altamente organizada ou violenta, que se disperse por mais de uma das comarcas que integram as actuais procuradorias-gerais distritais (Porto, Coimbra, Lisboa e Évora). São uma espécie de DCIAP a nível regional.

Contactada pelo PÚBLICO, o director do DCIAP, Albano Pinto, não quis fazer declarações sobre as saídas e as entradas no departamento que dirige desde Janeiro, na sequência de uma proposta da nova procuradora-geral da República, Lucília Gago, aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público por unanimidade.

As saídas ocorrem no âmbito do último movimento de procuradores, cujas colocações provisórias foram conhecidas esta quinta-feira à noite, estando agora a decorrer um prazo para apresentação de reclamações. Estes movimentos ocorrem todos os anos, tendo o deste ano acontecido um pouco mais tarde do que é habitual para coincidir com o ingresso de novos procuradores que vão sair do CEJ, que forma novos magistrados, e com a entrada em vigor do novo Estatuto do Ministério Público. O que não é habitual é uma saída tão maciça de pessoas, sendo comum haver três ou quatro saídas todos os anos.

Todos os magistrados que estão de saída nem sequer concorreram aos lugares existentes no DCIAP, actualmente dependentes de uma avaliação curricular feita pelo director do departamento, que propõe ao Conselho Superior do Ministério Público o nome das pessoas a colocar, fundamentando as suas escolhas.

mariana.oliveira@publico.pt